



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



Município de Estarreja
www.cm-estarreja.pt

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Aquisição de Serviços – Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026] –

CPub_S_006/2025

junho de 2025

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Aquisição de Serviços - Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026] – CPub_S_006/2025

ÍNDICE

1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	4
1.1. Entidade Adjudicante	4
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	4
2.1. Objeto do Procedimento	4
2.2. Prazo de vigência e da execução do contrato.....	4
3. DECISÃO DE CONTRATAR	5
3.1. Órgão que tomou a decisão de contratar	5
3.2. Fundamento da escolha de Procedimento Público	6
3.3. Júri do procedimento e competência.....	6
3.4. Órgão competente para prestar esclarecimentos	6
4. REQUISITOS PARA A ADMISSÃO DOS CONCORRENTES.....	6
4.1. Concorrentes	6
5. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	7
5.1. Consulta e fornecimento das peças do procedimento.....	7
5.2. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	8
5.3. Visitas ao local dos trabalhos	9
6. PREÇO	9
6.1. Indicação do Preço	9
6.2. Preço Base do Procedimento	9
6.3. Preço anormalmente baixo	11
7. PROPOSTAS.....	11
7.1. Apresentação da proposta	11
7.2. Documentos que instruem a proposta	12
7.3. Modo de apresentação de proposta	14
7.4. Prazo para apresentação de proposta	14
7.5. Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas	14
7.6. Propostas em relação às Partes, Divergentes ou Variantes	15
7.7. Retirada da proposta.....	15
7.8. Prazo da obrigação de manutenção de proposta	15
7.9. Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas	16

8. ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO.....	16
8.1. Análise e avaliação das propostas	16
8.2. Esclarecimentos sobre as propostas	17
8.3. Critério de adjudicação	17
8.4. Audiência Prévia	19
8.5. Notificação da adjudicação/Documentos de habilitação.....	19
8.6. Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta ou nenhuma	19
8.7. Anulação/Caducidade da adjudicação	19
8.8. Causas de não adjudicação	20
9. HABILITAÇÃO	20
9.1. Documentos de habilitação	20
9.2. Modo de apresentação dos documentos de habilitação.....	21
10. CAUÇÃO e SEGUROS	22
10.1. Caução para garantir o cumprimento de obrigações	22
10.2. Seguros	22
11. CONTRATO	23
11.1. Aceitação da minuta do contrato	23
11.2. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar.....	23
11.3. Reclamações sobre a minuta	23
11.4. Celebração/outorga de contrato escrito.....	23
12. DISPOSIÇÕES FINAIS	24
12.1. Encargos dos concorrentes.....	24
12.2. Legislação aplicável.....	24

ANEXOS

Anexo I - Lista de preços unitários/Mapa de Quantidades (ficheiro excel)

Anexo II – Modelo Declaração de “não impedimento” *conforme modelo constante do anexo II ao CCP*

Anexo III – Garantias de Imparcialidade

Anexo IV – Consulta Preliminar

1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1.1. Entidade Adjudicante

1.1.1 O presente procedimento é promovido pela entidade pública adjudicante Município de Estarreja, com o NIF 501 190 082.

1.1.2 A sede da entidade adjudicante é na Praça Francisco Barbosa, 3864-001 Estarreja, e com os seguintes contactos, para efeitos do presente procedimento:

Telefone: +351 234 840 600;

Correio eletrónico: geral@cm-estarreja.pt e aprovisionamento@cm-estarreja.pt

Website oficial: www.cm-estarreja.pt

1.1.3 Os Serviços Administrativos, da entidade adjudicante, têm o seguinte **horário de funcionamento - 9.00 às 17.00 horas**, todos os dias úteis, excluindo Sábados, Domingos e feriados.

1.1.4 Os interessados e concorrentes devem dirigir todas as suas comunicações e notificações entre a entidade adjudicante, o Júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, através da plataforma eletrónica: <http://www.acingov.pt>, nos termos do disposto nos arts. 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), na sua atual redação.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

2.1. Objeto do Procedimento

2.1.1. O presente procedimento tem por objeto a celebração de contrato relativo à aquisição de serviços de **Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026]**, nos termos do CCP, na sua atual redação e, em conformidade com o **CADERNO DE ENCARGOS**, que se anexa e que aqui se dá como integralmente reproduzido.

2.1.2. O presente procedimento é composto pelos seguintes elementos: Programa do Procedimento, Caderno de Encargos (Cláusulas Gerais e Técnicas).

2.1.3. A presente aquisição de serviços tem a seguinte referência de CPV (Classificação Estatística de Produtos por Atividade):

⇒ Vocabulário principal_80100000-5 – **Serviços de Ensino Primário.**

2.2. Prazo de vigência e da execução do contrato

2.2.1. A prestação de serviços terá início após notificação de adjudicação e assinatura do contrato, o qual se prevê que ocorra no **primeiro dia de aulas do ano letivo 2025/2026**.

2.2.2. O contrato mantém-se em vigor durante o ano letivo **2025/2026** e estende-se por aproximadamente **10 (dez) meses**, distribuídos pelo calendário letivo definido pelo Ministério da Educação, podendo eventualmente ser reajustado em função do desenrolar do presente concurso ou da outorga do respetivo contrato.

2.2.3. **O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração**, e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

2.2.4. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação da globalidade dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições previstos na respetiva Parte II do CE, bem como do programa de trabalhos apresentado em proposta adjudicada, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2.2.5. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.

2.2.6. Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no ponto 2.2.2 e caso não tenha sido atingido o montante do preço contratual que vier a ser fixado, o contrato extingue-se sem que assista prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor dos serviços não fornecidos/prestados.

2.2.7. O(s) contrato(s) não poderá(ão) ser outorgado(s) sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do o artigo 104.º e sem prejuízo, quando aplicável, do disposto na alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, ambos do CCP.

3. DECISÃO DE CONTRATAR

3.1. Órgão que tomou a decisão de contratar

3.1.1. De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, republicado pelo Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, a decisão de contratar consubstanciada na autorização de início de procedimento, foi tomada, por Despacho Superior do Presidente da Câmara, *Diamantino Manuel Sabina*, exarado na Decisão de Início de Procedimento n.º **067|DIP|2025**, datado de 04 de junho, no uso das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal, em sua reunião de 20/10/2021 – deliberação n.º 4/2021, pela aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 34.º e alíneas f) e g) do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em consonância com o determinado na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, *aplicável por força do constante na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro*.

3.1.2. Nos termos e para efeitos do n.º 5 do artigo 36.º do CCP, informa-se que o presente procedimento decorre da informação contida na PRDP-SACP n.º 010/SSE/2025, datada de 14 de abril (Pendente n.º 438952) e documentos apensos a este.

3.1.3. Trata-se de um compromisso plurianual enquadrado na autorização genérica da Assembleia Municipal, deliberada na sua sessão de dezembro de 2024, aquando da aprovação dos documentos previsionais de 2025-2029.

3.1.4. O despacho superior de decisão de contratar encontra-se disponível para consulta no respetivo processo do presente procedimento, na entidade adjudicante e no endereço referido no ponto 1.1. do presente Programa do Procedimento, nos dias úteis, durante o horário de expediente

nele identificado.

3.2. Fundamento da escolha de Procedimento Público

A escolha do procedimento de Concurso Público para a formação do presente contrato, baseia-se estritamente em critérios de valor, nomeadamente em função do valor base estimado, o qual é de **225.438,40€** (duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito euros e quarenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido. Nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, o procedimento adotado é o concurso público.

3.3. Júri do procedimento e competência

3.3.1. O procedimento é conduzido pelo Júri, designado por despacho superior, exarado na Decisão de Início de Procedimento, referido no ponto 3.1. do presente Programa, composto, em número ímpar, **com três membros efetivos, um dos quais presidirá e dois suplentes**. A substituição do Presidente de Júri, nas suas faltas e impedimentos será garantindo pelo primeiro vogal efetivo e assim sucessivamente.

3.3.2. Para além das competências do Júri referidas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 69.º do CCP, cabem ainda ao Júri, à luz do n.º 2 do mesmo artigo, as competências que lhe foram delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar não lhe podendo este, porém, delegar a competência para a decisão de adjudicação.

3.3.3. Ao Júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida ao órgão competente para decisão de contratar, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de concurso, a abertura das propostas, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3.3.4. O Júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito de voto.

3.4. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do Procedimento, conforme designado por despacho superior, referido no ponto 3.1 do presente Programa do Procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP, e poderão ser solicitados, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública: <http://www.acingov.pt>, conforme disposto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP.

4. REQUISITOS PARA A ADMISSÃO DOS CONCORRENTES

4.1. Concorrentes

4.1.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.

- 4.1.2. São admitidos ao concurso todas as entidades que satisfaçam os requisitos deste Programa do Procedimento e estejam aptas a cumprir as obrigações decorrentes do Caderno de Encargos, possuindo para o efeito capacidade técnica e financeira e apresentem proposta.
- 4.1.3. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:
- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
 - b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste concurso.
- 4.1.4. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 4.1.5. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, de acordo com o disposto no artigo 54.º do CCP.
- 4.1.6. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do nº2 do artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente
- 4.1.7. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 4.1.8. Na situação prevista no número anterior e em caso de adjudicação, todos os membros do (s) agrupamento (s) concorrente (s), e apenas estes, deverão associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
- 4.1.9. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b) c) e d) do Decreto-Lei nº231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

5. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

5.1. Consulta e fornecimento das peças do procedimento

- 5.1.1. O processo do concurso é constituído pelo Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e restantes Anexos que dele façam parte.
- 5.1.2. A entidade adjudicante disponibiliza na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP) ACINGOV de forma livre, completa e gratuita as peças do procedimento, a partir da data de publicação do anúncio no Diário da República.
- 5.1.3. A (PECP) ACINGOV, está acessível no sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt> disponibilizada pela empresa ACIN iCloud Solutions, Lda.
- 5.1.4. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o *download* das peças do procedimento bem como apresentar a proposta.
- 5.1.5. O acesso às peças procedimentais, através da plataforma referida no número anterior, implica a prévia adesão do interessado à mesma, que deverá ser realizada através do Serviço de Apoio ao Cliente da empresa ACIN, através do telefone nº 707 451 451, entidade que gere o domínio <http://www.acingov.pt/e> que é totalmente responsável pela disponibilização dos elementos necessários e auxílio na credenciação dos interessados.

5.1.6. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a ACIN. Verifique mais informações detalhadas sobre os Fornecedores em <http://www.acingov.pt/>, ou contacte o Serviço de Gestão de Clientes da empresa Vortal, S.A, através do número 707 451 451.

5.1.7. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante, o Júri do procedimento e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, preferencialmente através da plataforma eletrónica e através de correio eletrónico, nos termos do disposto nos arts. 467.º a 469.º do Código dos Contratos Públicos.

5.1.8. Sem prejuízo do referido no ponto 5.1.2 o Programa do Procedimento encontra-se patente na Divisão Económica e Financeira – Subunidade de Aprovisionamento e Contratação Pública do Município de Estarreja, no Edifício dos Paços do Concelho, Praça Francisco Barbosa 3864-001 Estarreja, telefone 234 840 600, onde pode ser consultado, entre as 9 horas e as 17 horas, a partir da data de publicação do anúncio no Diário da República e até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

5.2. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

5.2.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do CCP, devem ser colocados na plataforma eletrónica *acinGov*, indicada no ponto 5.1, com endereço <http://www.acingov.pt/>, no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.

5.2.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

5.2.3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

5.2.4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem as consequências prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

5.2.5. **Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se os pedidos de esclarecimentos e sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5.2.6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

5.2.7. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5.2.5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP, para efeitos de prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2.8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na (PECP) ACINGOV utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

5.2.9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5.3. Visitas ao local dos trabalhos

5.3.1. Durante a primeira metade do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados poderão visitar o(s) local(ais) e nele(s) efetuar(em) todos os reconhecimentos que entendam necessários à elaboração da sua proposta, tendo em consideração que o adjudicatário não poderá invocar o desconhecimento das condições do local, nomeadamente físicas e/ou estruturais, para se exonerar das suas responsabilidades

5.3.2. As visitas previstas no número anterior deverão ter lugar mediante marcação prévia junto dos serviços da entidade adjudicante sendo que esta, poderá designar um elemento para a acompanhar, se assim o entender.

6. PREÇO

6.1. Indicação do Preço

6.1.1 Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto. Quando os preços sejam indicados também por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismo.

6.1.2 Os preços propostos não devem incluir o IVA, devendo a proposta mencionar que aos preços indicados acresce esse imposto, mencionando-se o respetivo montante e a taxa legal aplicável, sendo que, no caso da falta desta menção, se entende que os preços apresentados não incluem o IVA.

6.1.3 Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

6.1.4 Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 (duas) casas decimais e os preços unitários terão um máximo de 3 (três) casas decimais.

6.2. Preço Base do Procedimento

6.2.1. Para efeitos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi determinado com base numa Consulta Preliminar efetuada ao mercado [Consulta Preliminar nº 003/DEDS/2025, efetuada a

coberto do n/º ofício ref.^a 2077 datado de 12 de março de 2025], de acordo com o artigo 35.º-A do CCP.

6.2.2. O preço base do presente procedimento, de acordo com as condições previstas no respetivo Caderno de Encargos, e para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47.º do CCP, a entidade adjudicante dispõe-se a pagar, pelas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Componente de Apoio à Família - Acolhimento (CAF-A) e Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH), no 1.º Ciclo do Ensino Básico, até um limite máximo de **225.438,40€** (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e trinta e oito euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sendo este o **preço máximo** que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, para um universo previsional de **1228 alunos/por ano letivo, que será repartido da seguinte forma:**

- O preço base unitário é de **18,15€** (dezoito euros e quinze cêntimos), **por aluno/mês** para as **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)**, o que corresponde a um total de **181,50€** (cento e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos), **por aluno/ano letivo**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo este ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo desenvolvimento destas atividades pelo período contratado;
- O preço base unitário é de **20,90€** (vinte euros e noventa cêntimos), **por aluno/mês** para a **Componente de Apoio à Família – Acolhimento (CAF-A)**, o que corresponde a um total de **209,00€** (duzentos e nove euros), **por aluno/ano letivo**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido correspondendo este ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo desenvolvimento destas atividades pelo período contratado;
- O preço unitário é de **16,17€** (dezasseis euros e dezassete cêntimos), **por aluno/mês** para a **Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH)**, o que corresponde a um total de **161,70€** (cento e sessenta e um euros e setenta cêntimos), **por aluno/ano letivo**, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, correspondendo este ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo desenvolvimento destas atividades pelo período contratado;

6.2.3. Os valores de referência por aluno para o desenvolvimento das atividades a contratar são os seguintes:

Designação	N.º Alunos	Preço Aluno (s/IVA)
AEC	564	181,50€
CAF-A (Acolhimento)	332	209,00€
CAF-PH (Prolongamento de Horário)	332	161,70€

6.2.4. O número de alunos é meramente indicativo, dependendo do número efetivo de inscrições realizadas e consequentemente validadas, pela Divisão de Educação e Desenvolvimento Social.

6.2.5. Pela prestação de serviços técnicos especializados de docência, objeto do presente procedimento, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do respetivo CE, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário **os preços unitários constantes da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

6.2.6. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, *[incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças]*.

6.2.7. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias são igualmente da conta do adjudicatário.

6.2.8. O encargo decorrente da contratação tem cabimento na dotação do orçamento nos próximos anos económicos, conforme cabimento orçamental.

6.3. Preço anormalmente baixo

6.3.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

6.3.2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

6.3.3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

7. PROPOSTAS

7.1. Apresentação da proposta

7.1.1 O concorrente manifestará, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.

7.1.2 Na proposta o concorrente deverá indicar os seguintes elementos:

a) Preço total e lista de preços unitários, conforme mapa com a designação **Anexo I**;

7.1.3 A proposta deverá ser apresentada na plataforma eletrónica na plataforma eletrónica *AcinGov* indicada no ponto 5.1, **contendo assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último, poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

7.1.4 No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deverá ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso aquelas o tenham designado, devendo este, para tal, estar devidamente mandatado.

7.1.5 Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

7.2. Documentos que instruem a proposta

7.2.1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

7.2.2. A proposta deverá ser elaborada de acordo com o **Anexo I** – Lista de Preços Unitários e acompanhada, obrigatoriamente, pelos seguintes elementos/documento, sob pena de exclusão:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:

- i. Selecionar a língua pretendida para abertura do DEUCP;
- ii. Sou um operador económico”;
- iii. “Importar um DEUCP”;
- iv. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma com endereço <http://www.acingov.pt/>,
- v. Selecionar o país do concorrente;
- vi. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- vii. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta;

a) **Lista de preços unitários (Anexo I)**, a qual deverá ser, obrigatoriamente, preenchida na plataforma eletrónica e **ainda a respetiva lista dos preços unitários**, em formato pdf, devidamente assinada.

O valor global dos preços unitários inseridos na lista da plataforma eletrónica e que a plataforma transporta automaticamente para o formulário principal, como valor global da proposta é o que prevalecerá para todos os efeitos, como preço global da proposta apresentada;

b) Apresentação de **Cadernos de Atividades** como compilação de fichas de atividades práticas a serem desenvolvidas, com os respetivos conteúdos refletindo de uma forma demonstrativa a programação e desenvolvimento de atividades para todo o ano letivo, nas áreas de enriquecimento curricular do presente procedimento, incluindo uma descrição pormenorizada dos métodos de ensino a utilizar pelos docentes, detendo os diversos conteúdos a lecionar em termos detalhados.

c) Descrição pormenorizada das **Planificação Anuais de Estudo** para o desenvolvimento de cada uma das áreas de atividade de enriquecimento curricular e atividades inseridas na Componente de apoio à Família e para os 4 anos de escolaridade, promovendo uma descrição pormenorizada dos planos de estudo para cada atividade e dos métodos de ensino a utilizar pelos docentes:

- i. De acordo com as Orientações Programáticas do Ministério da Educação e com o Currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- ii. A criação de uma planificação global de todas as atividades que garanta a articulação transversal nas Atividades (AEC, CAF-A e CAF-PH).

d) Enumeração e descrição detalhada dos **materiais didáticos/de apoio** de suporte às aulas tanto para alunos como para o professor da atividade;

- e) Apresentação de um **plano de atividades** para a dinamização das atividades Inauguração das Iluminações de Natal (incluindo maquete da Capa do Coral de Natal a fornecer (imagem, tipo de material), Torneio Municipal de Xadrez (incluindo a especificação dos materiais e bens da oferta a fornecer pela entidade adjudicatária) e Concurso ESTalento, com as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico que frequentam as Atividades de Enriquecimento Curricular, conforme especificações identificadas no ponto 5.6.7 da Parte II – Cláusulas Técnicas do respetivo Caderno de Encargos;
- f) **Sistemas de gestão** a utilizar com vista ao controlo e avaliação das atividades;
- g) Descrição pormenorizada do **perfil pedagógico** do professor a afetar a cada atividade;
- h) Descrição da estrutura da empresa que dará apoio administrativo e logístico à implementação dos serviços, com a descrição dos requisitos e tarefas dos colaboradores em cada área, com os procedimentos a adotar em caso de substituição de colaboradores;
- i) Listagem com discriminação da equipa de técnicos/ professores existentes na bolsa de recrutamento da entidade concorrente e a afetar às atividades do âmbito do presente procedimento, com respetivo curriculum de cada técnico com indicação da área a dinamizar;
- j) Descrição dos serviços e da metodologia de abordagem, nota descritiva para cada área de intervenção, características fundamentais das soluções preconizadas bem como a sua adequação no que respeita à preparação, planificação e execução das aulas e atividades;
- k) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

7.2.3. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP

7.2.4. Na proposta o candidato deve especificar os aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

7.2.5. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

7.2.6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinado por todos os membros ou respetivos representantes.

7.2.7. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar **certidão do registo comercial** (certidão permanente), com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.

7.2.8. Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

7.2.9. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

7.3. Modo de apresentação de proposta

7.3.1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na (PECP) *acinGov*, acessível no sítio eletrónico: <http://www.acingov.pt/>, disponibilizada pela empresa ACIN iCloud Solutions, Lda.

7.3.2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.

7.3.3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante

7.3.4. A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

7.3.5. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto 7.3.1 do presente, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve indicar a designação e referência do procedimento e a designação da entidade adjudicante e entregue na **Subunidade de Atendimento ao Município**, sita no Edifício dos Paços do Concelho - Praça Francisco Barbosa, nesta cidade.

7.3.6. O prazo para receção dos documentos referidos no número anterior será o indicado no ponto 7.4.1 do presente Programa do Procedimento. A proposta deverá ser apresentada em estrita observância das condições estabelecidas no Programa do Procedimento e no Caderno de Encargos, sem possibilidade de apresentação de propostas variantes.

7.4. Prazo para apresentação de proposta

7.4.1. As propostas deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica AcinGov, no endereço <http://www.acingov.pt/>, até às **23h59m do 30º (trigésimo) dia** a contar da data de **envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia [JOUE]**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 136.º do CCP, não se incluindo na contagem o dia da publicação, nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, e, em que a contagem dos 30 (trinta) dias serão seguidos incluindo sábados, domingos e feriados. De ressaltar que, sendo o término do prazo de apresentação de propostas coincidentes com os dias não úteis (sábados, domingos e feriados), o mesmo passará para o dia útil seguinte.

7.4.2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, até à data e horas definidas no número anterior.

7.4.3. Os concorrentes deverão prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no ponto 7.4.1. do presente PP.

7.5. Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

7.5.1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos no ponto 5.2 do presente Programa do Procedimento, sejam comunicadas pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido

para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por um período equivalente ao atraso verificado.

7.5.2. Quando o anúncio do procedimento tiver sido publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, o período de prorrogação não pode ser inferior a seis dias ou, nas situações previstas no n.º 3 do artigo 136.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 174.º, a quatro dias.

7.5.3. Quando as retificações ou aceitação de erros e omissões das peças de procedimento referidas no ponto 5.2 (artigo 50.º do CCP), independentemente do momento da sua comunicação por parte da entidade adjudicante, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início do prazo para a apresentação das propostas, até à comunicação das retificações ou publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

7.5.4. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

7.5.5. As prorrogações previstas nos artigos anteriores cabem ao órgão competentes para a decisão de contratar e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente Aviso no Diário da República, nos termos do artigo 64.º do CCP.

7.6. Propostas em relação às Partes, Divergentes ou Variantes

7.6.1. Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

7.6.2. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º, do CCP.

7.6.3. Entende-se como propostas variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos no Caderno de Encargos ou das condições fixadas noutros documentos que servem de base ao procedimento.

7.6.4. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

7.6.5. Não é admitida a apresentação de propostas de subcontratação parcial da aquisição/locação de bens, que são objeto do presente Procedimento.

7.7. Retirada da proposta

7.7.1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, nos termos do artigo 137.º do CCP.

7.7.2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

7.8. Prazo da obrigação de manutenção de proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

7.9. Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas

- 7.9.1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes, através da (PECP) ACINGOV.
- 7.9.2. Mediante a atribuição de um login e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
- 7.9.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 7.9.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 7.9.1 e 7.9.2.

8. ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

8.1. Análise e avaliação das propostas

- 8.1.1. As propostas são analisadas em todos os atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação.
- 8.1.2. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes nos artigos 70.º e 146.º do CCP.
- 8.1.3. A adulteração do anexo II (Proposta e lista de preços unitários) disponibilizado pela entidade adjudicante poderá constituir também causa de exclusão da proposta.
- 8.1.4. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração apenas os documentos exigidos no presente programa do concurso, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta, que o concorrente considerar indispensáveis para avaliação da mesma.
- 8.1.5. Após a análise das propostas e aplicado o critério de adjudicação constante neste Programa do Procedimento, o Júri do Procedimento elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar (artigo 146.º do CCP), no qual propõe uma ordenação das propostas.
- 8.1.6. No relatório mencionado no número anterior, o Júri do Procedimento apresenta as razões que fundamentam a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.
- 8.1.7. Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri procede à audiência prévia nos termos do disposto do artigo 147.º do CCP.
- 8.1.8. Exercido o prazo de audiência prévia referida no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri de Procedimento pondera as observações formuladas e elabora Relatório Final de avaliação das propostas fundamentado, que submete à apreciação e decisão entidade adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 8.1.9. No caso previsto na parte final do número anterior, será dado cumprimento ao disposto no artigo 148.º do CCP.

8.2. Esclarecimentos sobre as propostas

8.2.1. O Júri do Procedimento pode pedir, aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito de análise e da avaliação das mesmas.

8.2.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que:

- a) Não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem;
- b) Não alterem ou completem os respetivos atributos;
- c) Nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto no ponto 8.1.do presente Programa do Procedimento (artigo 70º do CCP).

8.2.3. O Júri do Procedimento deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 2 (dois) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento, nos termos previstos no artigo 72.º do CCP.

8.2.4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

8.2.5. Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.os 8.2.1 e 8.2.3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

8.3. Critério de adjudicação

8.3.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, segundo a modalidade da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar (monofator – alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP).

8.3.2. Após a análise das propostas, a adjudicação é feita à proposta não excluída que apresenta o mais baixo preço para prestação de serviços em causa, e desde que cumpram cumulativamente as especificações técnicas constantes do respetivo Caderno de Encargos.

8.3.3. Após análise e aplicação do critério de adjudicação previsto no ponto 8.3.1 e no caso de haver empate na pontuação final de propostas posicionadas em 1º lugar, será adjudicada a proposta que resultar da escolha em função de sorteio que deve obedecer às regras procedimentais infra, procedendo-se, sempre que haja esta necessidade, à ordenação das propostas sucessivamente pela aplicação deste critério de desempate:

1º critério- SORTEIO

8.3.4. No caso de necessidade de aplicação de um 2º critério final de desempate, e após a aplicação do 1º critério de desempate duas ou mais propostas continuarem em situação de igualdade, é adjudicada a proposta que resultar da escolha em função de sorteio que deve obedecer às regras procedimentais infra, procedendo-se, sempre que haja esta necessidade, à ordenação das propostas sucessivamente pela aplicação deste critério de desempate:

- 1) O sorteio é realizado após a análise das propostas e verificada a igualdade entre duas ou mais propostas admitidas;
- 2) Em sede do relatório preliminar consta a referência aos lotes, se for o caso, bem como aos concorrentes e preços das propostas, com notificação da data, hora e local onde será realizado o sorteio e metodologia, cumpridora dos n.ºs 3) a 9) infra;
- 3) O sorteio é público e presencial, participando os membros efetivos do júri e, assim o entendam, os representantes dos concorrentes, credenciados para efeitos da sua identificação, além de terceiros, interessados ou não, no procedimento;
- 4) Do sorteio é lavrada ata, assinada pelos membros do júri e representantes dos concorrentes presentes, sendo que a recusa destes constará da ata como incidente;
- 5) O sorteio é, por regra, realizado pelas 10.00 horas do dia notificado, sempre até ao terceiro dia útil seguinte ao da notificação e decorridas que sejam 24 horas corridas da mesma, a ter lugar na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, nesta cidade de Estarreja;
- 6) O sorteio é puro, sem condicionantes, e obedecerá ao tipo “sorteio de bolas”, nos termos da metodologia infra:
 - a) São colocadas bolas de cores diferentes, incluindo bolas brancas e pretas, em saco preto, não passível de ser vislumbrado o conteúdo;
 - b) O n.º de bolas inserido é correspondente ao n.º de propostas a desempatar, incluindo, como regra, sempre, as bolas branca e preta;
 - c) Para efeitos da extração das bolas, a ordenação dos concorrentes é estabelecida pela seriação da ordem de apresentação das propostas por correio eletrónico através do endereço aprovisionamento@cm-estarreja.pt;
 - d) Cada concorrente tem direito a extrair uma bola, cumprindo aos membros do júri garantir tal, sendo que na ausência, ou recusa, do representante de qualquer concorrente, cumpre ao presidente do júri a extração da bola em substituição daquele;
 - e) Para efeitos de ordenação das propostas, a cor das bolas tem a seguinte valoração:
 - 1.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola branca;
 - 2.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola preta;
 - 3.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola azul;
 - 4.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola verde;
 - 5.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola vermelha;
 - f) Para efeitos do disposto em b., caso o n.º de propostas a desempatar seja igual a 2, as bolas a inserir serão apenas a branca e a preta;
 - g) Para efeitos do disposto em e., caso o n.º de propostas a desempatar seja superior a 5, cumpre ao júri, definir, no relatório preliminar, o posicionamento subsequente à 5.ª Posição em função da seriação de extração da cor das bolas [ex.: “6.ª Posição: Proposta do concorrente que extrair a bola (mencionar a cor)”, adotando-se idêntica metodologia sucessiva, em função do n.º de bolas de cor inseridas no saco para efeitos do sorteio];
- 7) No caso de procedimento por lotes, o sorteio é realizado em cada um dos lotes em que tal se verifique essa necessidade, sendo que tal ato se realiza sequentemente em função do n.º do lote (1.º no lote 1; 2.º no lote 2, e assim sequentemente em cada um dos lotes seguintes);
- 8) Para efeitos do disposto em 7), do ato de sorteio, ainda que o mesmo se realize em mais do que um lote, será lavrada ata única;
- 9) Depois de anunciados, pelo presidente do júri, os resultados, o sorteio é dado por encerrado.

8.4. Audiência Prévia

8.4.1. Após análise das propostas, os concorrentes são notificados do respetivo Relatório Preliminar elaborado conforme estabelecido no ponto 8.1.5 deste Programa do Procedimento, para efeitos de audiência prévia, a realizar num prazo de 5 (cinco) dias úteis, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

8.4.2. Se da audiência prévia resultar uma necessidade de alteração da ordenação classificativa das propostas, ou a exclusão de propostas não prevista no Relatório Preliminar, haverá lugar a nova audiência prévia, antes da emissão do Relatório Final de análise das propostas.

8.5. Notificação da adjudicação/Documentos de habilitação

8.5.1. Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta hierarquizada em primeiro lugar.

8.5.2. O órgão com competência para a decisão de contratar notifica a decisão de adjudicação (juntamente com o Relatório Final), simultâneo, a todos os concorrentes, notificando ainda ao adjudicatário para apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação indicados no ponto 9.1 do presente Programa do Procedimento.

8.5.3. A adjudicação será precedida de audiência prévia dos concorrentes, nos termos do artigo do artigo 147.º do mesmo diploma legal.

8.6. Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta ou nenhuma

8.6.1. Quando tenha sido apresentada uma única proposta, será dispensada a audiência dos interessados nos termos da alínea f) do nº1 do artigo 124.º do CPA - Código do Procedimento Administrativo.

8.6.2. Quando todas as propostas tenham sido excluídas com fundamento do nº 2 do artigo 70.º do CCP, a entidade competente para autorizar a despesa poderá proceder, caso o entenda, á adoção do ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24.º do CCP, desde que o valor do contrato seja inferior ao referido na alínea a) do artigo 20.º do CCP.

8.7. Anulação/Caducidade da adjudicação

8.7.1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação ou se verificar a falsificação de qualquer um desses documentos, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 86.º e no artigo 87.º do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe é exigida, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 91.º do CCP;
- c) Se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- d) Se se verificar a ocorrência de circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

8.8. Causas de não adjudicação

8.8.1. A entidade adjudicante reserva o direito de não efetuar a adjudicação, nomeadamente nos casos de:

- a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
- e) Nos casos a que se refere o n.º 5 do artigo 47.º, a entidade adjudicante considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis

8.8.2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

8.8.3. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos, a Autarquia reserva-se ao direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, complementado pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 junho.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Documentos de habilitação

9.1.1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de **5** (cinco) **dias úteis**, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP e se encontra em **Anexo II** a este Programa do Procedimento – declaração de “não impedimento”;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do artigo 55.º do CCP, especificamente:
 - i) **Certificado de registo criminal**¹, ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “*Contratação Pública*”.
 - ii) **Certidões emitidas pela Segurança Social e pela Administração Pública**, relativamente à situação regularizada perante a Segurança Social e Estado ou *devidas autorizações para que o Município possa consultar online (n.º 3 e 4 do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril).*

¹ O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: <https://registocriminal.justica.gov.pt/>.

- c) **Certidão do registo comercial** atualizada ou código de certidão do registo comercial atualizada, ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º, da Portaria n.º 1416/2006, de 19 de dezembro), no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.
- d) Declaração do concorrente adjudicatário conforme minuta do **Anexo III** (artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo) assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- e) Documento comprovativo de registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável²;
- f) Documento comprovativo de registo no **RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo**³.

9.1.2. O **adjudicatário** deverá, ainda, entregar dados sobre n.º Cartão de Cidadão / Número de Contribuinte / Bilhete de Identidade da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato.

9.1.3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

9.1.4. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de **2 dias**, após notificação pela entidade adjudicante.

9.1.5. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

9.2. Modo de apresentação dos documentos de habilitação

9.2.1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no ponto anterior, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt/> ou, ainda, para os documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do mesmo ponto, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

9.2.2. O órgão com competência para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no número anterior, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no ponto anterior, nomeadamente no ponto 9.1.4, do presente.

9.2.3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:

- a) Os documentos previstos no ponto 9.1.1 devem ser apresentados por todos os seus membros.

² A apresentação deste documento, dispensa a apresentação dos documentos mencionados nos nos 2, 3 e 4 da presente cláusula, nos termos do n.º 9, do artigo 81.º do CCP.

³ Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto. O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>

10. CAUÇÃO e SEGUROS

10.1. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

10.1 Não será exigida prestação de caução, podendo, contudo, a entidade adjudicante proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar (nº 3, do artigo 88.º do CCP). No entanto, caso o concorrente requeira, é-lhe concedida a faculdade de apresentar uma caução no valor total de 10% do valor da adjudicação, a prestar de acordo com normas a fornecer por esta Câmara Municipal, decorrendo por sua conta as despesas a ela inerentes.

10.2. Seguros

10.2.1 O prestador de serviços obriga-se a celebrar e, manter em vigor durante todo o período de vigência do contrato, os seguintes contratos de seguro:

- a) Acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal empregue na execução do contrato, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subcontratados, caso existam, possui seguro obrigatório de relatório de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal;
- b) Responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à execução do contrato, que circulem na via pública ou no local dos trabalhos, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos aos trabalhos pelos subcontratados se encontram segurados;
- c) Responsabilidade civil para todas as componentes objeto do contrato, no valor mínimo de €250.000,00, extensível aos agentes a que o adjudicatário recorra na execução do contrato, incluindo subcontratados, durante todo o período de vigência do contrato, que garanta a responsabilidade civil em que incorrer o adjudicatário por danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em consequência da sua atividade. Nas condições particulares da apólice deverá constar que o Município de Estarreja será sempre considerado terceiro, independentemente da sua relação jurídica com o Tomador do Seguro.

10.2.2 Os contratos de seguro referidos no número anterior também devem garantir a cobertura de danos a bens confiados (danos causados a bens da propriedade do Município de Estarreja, existentes nos locais onde decorrem os trabalhos) e possuir ainda a garantia de pós-trabalhos.

10.2.3 O adjudicatário e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas no presente caderno de encargos e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio antes do início dos trabalhos e em qualquer momento, quando exigido pela entidade adjudicante.

10.2.4 O adjudicatário é o único responsável pelas indemnizações respeitantes a prejuízos cobertos pelos seguros referidos nos números anteriores.

10.2.5 Os seguros referidos nos números anteriores em nada diminuem ou restringem as obrigações contratuais do adjudicatário perante a entidade adjudicante.

10.2.6 A existência dos seguros indicados nos números anteriores, bem como de outros obrigatórios por lei, não exime o adjudicatário da sua obrigação de indemnizar pelos prejuízos não cobertos por estes, referentes a sinistros por que seja responsável.

11. CONTRATO

11.1. Aceitação da minuta do contrato

11.1.1. Após a aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para decisão de contratar, notifica o adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo 99.º do CCP.

11.1.2. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

11.1.3. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subseqüentes à respetiva notificação.

11.2. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

O órgão com competência para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais do que uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas, sendo que os referidos ajustamentos não podem implicar, em caso algumas as situações previstas no nº 2 do artigo 99.º do CCP.

11.3. Reclamações sobre a minuta

11.3.1. Serão admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.

11.3.2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

11.4. Celebração/outorga de contrato escrito

11.4.1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 90.º;

d) Confirmados todos os compromissos referidos na alínea c) do nº 2 do artigo 77º.

11.4.2. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, hora e local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a 3 (três) dias.

11.4.3. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Encargos dos concorrentes

São encargos do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, incluindo as despesas relativas à prestação da caução, emissão de seguros e visto prévio do Tribunal de Contas, quando a eles houver lugar.

12.2. Legislação aplicável

12.2.1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do procedimento aplica-se, nomeadamente, o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) No Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado em Anexo III no Decreto-Lei nº111-B/2017, de 31 de agosto, e na sua atual redação;
- a) Na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto;
- b) No Código de Procedimento Administrativo;
- c) Em demais legislação aplicável.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Programa do Procedimento

ANEXOS



CONCURSO PÚBLICO

Aquisição de Serviços – Dinamização de
Atividades Educativas e
Extracurriculares, nos estabelecimentos
de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da
Rede Pública do Concelho de Estarreja
[Ano letivo 2025/2026] – CPub_S_006/2025

CONCURSO PÚBLICO - CPub_S_006/2025 - Aquisição de Serviços -Dinamização de Atividades Educativas e Extracurriculares, nos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Estarreja [Ano letivo 2025/2026]

ANEXO I - Proposta base e lista de preços unitários (Atributo Preço)

POS.	DESIGNAÇÃO	UNID.	QUANT.	Preço Unitário	Total S/ IVA	IVA	
						TAXA	VALOR
1	Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	un	564		0,00 €	0%	
2	Componente de Apoio à Família – Acolhimento (CAF-A)	un	332		0,00 €	0%	0,00 €
3	Componente de Apoio à Família – Prolongamento de Horário (CAF-PH)	un	332		0,00 €	0%	0,00 €
Preço total da proposta =					0,00 €		

NOTAS:

A adulteração deste ficheiro, poderá constituir causa de exclusão da proposta.

Preços unitários - máximo 3 casas decimais.

Preencher campos do preço unitário (P.U.) e da taxa de IVA (TAXA).

Aos valores apresentados acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da sociedade]

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTOS

[Modelo de Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º] – Anexo II do CCP

1. ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), (data), [assinatura ⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁵ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III – GARANTIAS DE IMPARCIALIDADE

[Modelo de Declaração a que se refere o nº4 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 04/2015, de 7 de janeiro]

1. Para os efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de 1 [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviço no âmbito do procedimento [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada 2 não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do referido artigo 69.º.
2. O declarante tem pleno conhecimento de que a a violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

... (local), (data), [assinatura ³].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.

³ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV – CONSULTA PRELIMINAR

Para efeitos de apuramento da cotação (preços unitários) para formação do Preço Base do presente procedimento de contratação pública foi realizada uma Consulta Preliminar, ao abrigo do previsto no artigo 35.º-A do CCP, remetido por via email, às entidades:

- Associação Tempos Brilhantes – geral@atbrilhantes.pt
- Forminho – Consultoria de Gestão e Formação. LDA - geral@forminho.pt
- Espalha Ideias – espalha@espalhaideias.pt
- Múltipla Escolha – geral@multiplaescolha.net

Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será divulgada aos futuros concorrentes do procedimento, aquando da disponibilização das propostas, salvo se os documentos forem classificados como confidenciais.